

Declaração de Confidencialidade

Proteção de dados pessoais

O Parlamento Europeu está empenhado em proteger os seus dados pessoais e respeitar a sua privacidade. A presente declaração de confidencialidade explica a finalidade do tratamento de dados pessoais no que diz respeito às perguntas parlamentares, a sua base jurídica, os procedimentos em vigor para assegurar a proteção de todos os dados pessoais fornecidos, a forma como essas informações são utilizadas e os seus direitos em relação aos seus dados pessoais. Especifica ainda os dados de contacto do responsável pelo tratamento dos dados junto do qual pode exercer os seus direitos, do responsável pela proteção de dados do Parlamento Europeu e da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados. O Parlamento Europeu aplica o Regulamento (UE) 2018/1725 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições, órgãos, organismos e agências da União (JO L 295 de 21.11.2018).

1) Quem procede ao tratamento dos dados pessoais?

O Parlamento Europeu age na qualidade de responsável pelo tratamento¹, sendo a entidade responsável pelo tratamento a Unidade das Atividades dos Deputados, representada por Francisco Peyró Llopis (Chefe de Unidade).

Contacte o responsável pelo tratamento/a entidade através das seguintes caixas de correio funcionais: QuestOral@ep.europa.eu, QuestEscrit@ep.europa.eu e interpellations@ep.europa.eu

2) Qual é o objetivo do tratamento dos dados pessoais?

O responsável pelo tratamento de dados trata as suas informações pessoais apenas na medida do necessário para a execução do trabalho do Parlamento Europeu, uma vez que as perguntas parlamentares constituem uma forma direta de controlo parlamentar de outras instituições e órgãos da UE. Os dados pessoais são tratados para efeitos do processamento das perguntas com pedido de resposta escrita, das perguntas com pedido de resposta oral com debate e das interpelações.

A Unidade de Atividades dos Deputados recebe perguntas parlamentares através da aplicação Web e posteriormente regista-as, realiza verificações de admissibilidade de acordo com os critérios definidos no Regimento e transmite-as aos seus destinatários – incluindo o Presidente do Conselho Europeu, o Conselho, a Comissão ou o Vice-Presidente da

¹ O responsável pelo tratamento é a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, por si só ou em conjunto com outros, determina a finalidade e a forma do tratamento dos dados pessoais. O responsável pelo tratamento é representado pelo chefe da entidade.

Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Para mais informações sobre o tratamento de dados pessoais pela Comissão Europeia, consulte a [declaração de privacidade](#) da Comissão para o tratamento das perguntas parlamentares.

3) Qual é a base jurídica do tratamento?

A base jurídica do tratamento inclui os artigos 136.º, 138.º e 139.º do Regimento do Parlamento Europeu, do Regimento do Parlamento Europeu, o Anexo III desse Regimento, relativo às perguntas com pedido de resposta escrita, e o Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados.

4) Que dados pessoais são tratados?

Os dados pessoais administrativos do deputado que prepara a pergunta e quaisquer dados pessoais contidos nas perguntas parlamentares recebidas através da aplicação Web. Os autores (deputados, comissões ou grupos políticos) podem incluir dados pessoais na redação das perguntas, se os considerarem pertinentes para o assunto em causa. O conteúdo das perguntas é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

5) Como são tratados os dados pessoais?

A fim de efetuar o tratamento tal como autorizado pelo direito da União, a Unidade das Atividades dos Deputados criou garantias e procedimentos internos adequados para garantir a proteção dos direitos e liberdades dos titulares dos dados.

A operação de tratamento tem início com a receção da pergunta parlamentar através da aplicação Web. Todas as situações/perguntas específicas que contenham dados pessoais, com exceção do(s) nome(s) do(s) deputado(s), são avaliadas caso a caso.

A Unidade realiza uma investigação aprofundada e uma verificação em linha para determinar se os dados pessoais em causa foram tornados públicos, em conformidade com as disposições em vigor em matéria de proteção de dados. A situação pessoal do titular dos dados mencionado é examinada tendo em conta a base jurídica pertinente para o tratamento.

Os dados tratados podem incluir categorias especiais de dados pessoais abrangidos pelo artigo 10.º do Regulamento (UE) 2018/1725, caso em que o tratamento de categorias especiais de dados pessoais é efetuado em conformidade com, pelo menos, uma das seguintes condições do artigo 10.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 2018/1725:

(a) O titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para o tratamento desses dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas;

(c) O tratamento é necessário para proteger interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa, se o titular dos dados estiver física ou legalmente incapacitado de dar o seu consentimento;

(e) O tratamento está relacionado com dados pessoais manifestamente tornados públicos pelo seu titular;

(g) O tratamento é necessário por motivos de interesse público importante, com base no direito da União, que deve ser proporcionado em relação ao objetivo visado, deve respeitar a essência do direito à proteção dos dados pessoais e deve prever medidas adequadas e específicas que salvaguardem os direitos fundamentais e os interesses do titular dos dados.

O tratamento de dados pessoais relacionados com «condenações penais e com infrações» está sujeito às condições de tratamento previstas no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2018/1725.

Na sequência da investigação de cada caso individual, quando os dados pessoais de uma pergunta parlamentar forem considerados de carácter privado e não respeitarem os critérios acima referidos, a Unidade contacta o(s) autor(es), solicitando a reformulação da pergunta de modo a eliminar quaisquer referências a dados pessoais considerados inadmissíveis.

6) Durante quanto tempo são guardados os dados pessoais?

As perguntas parlamentares são armazenadas na aplicação Web QP Plus. Após o termo do seu período de conservação de cinco anos, os dossiês relativos a perguntas parlamentares são transferidos para os arquivos históricos do Parlamento Europeu para efeitos históricos. O período de conservação das perguntas parlamentares está sujeito ao calendário de conservação definido na lista de conservação comum ao nível da DG.

As versões finais das perguntas parlamentares – tal como enviadas aos seus destinatários na sequência dos controlos de admissibilidade e de proteção de dados – estão disponíveis ao público no sítio Web *Europarl* e no Registo dos documentos oficiais do Parlamento.

7) Quem são os destinatários dos dados pessoais?

A nível interno, o acesso às perguntas parlamentares e a quaisquer dados pessoais que possam conter está limitado a diferentes categorias de pessoal responsável pela realização das operações pertinentes. Estas podem incluir – para além da Unidade das Atividades dos Deputados – a DG TRAD para a tradução, a DG ITEC para questões técnicas relacionadas com a aplicação Web, os assistentes dos deputados e o pessoal dos grupos políticos e das comissões.

Na sequência do procedimento de admissibilidade acima descrito, e após a remoção de quaisquer dados pessoais considerados inaceitáveis, os destinatários dos dados contidos nas perguntas parlamentares são outras instituições da UE. Estas incluem o Presidente do Conselho Europeu, o Conselho, a Comissão ou o Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

8) Os dados pessoais são partilhados com um país terceiro ou uma organização internacional?

As perguntas parlamentares que foram aprovadas nos controlos e verificações acima descritos estão disponíveis ao público no sítio Web *Europarl* e no Registo dos documentos oficiais do Parlamento.

9) São utilizados processos automatizados² e/ou a definição de perfis³ para a tomada de decisões que possam afetar os peticionários?

Não.

10) Se os dados pessoais não foram obtidos junto do utilizador, qual é a sua fonte?

Todos os dados pessoais provêm de perguntas parlamentares redigidas por deputados, comissões ou grupos políticos e o conteúdo das perguntas é da exclusiva responsabilidade dos seus autores. O responsável pelo tratamento nem sempre pode verificar a fonte das informações pessoais mencionadas pelo deputado numa pergunta parlamentar.

11) Que direitos tem?

Tem os seguintes direitos:

- o direito de aceder aos seus dados pessoais;
- o direito de corrigir os seus dados pessoais;
- se for o caso, o direito de apagar os seus dados pessoais;
- se for o caso, o direito de restringir o tratamento dos dados;
- se for o caso, o direito à portabilidade dos dados;

² Tomar uma decisão exclusivamente através de meios automatizados e sem qualquer intervenção humana. {Exemplos teóricos: página da Internet em que selecionar determinadas opções vai colocar automaticamente o utilizador em diferentes listas de distribuição para onde é enviado o boletim informativo mensal/utilizar um sistema automatizado para corrigir um teste de «escolha múltipla» e atribuir uma nota em função do número de respostas corretas.}

³ A definição de perfis analisa aspetos da personalidade, do comportamento, dos interesses e dos hábitos de uma pessoa para fazer previsões ou tomar decisões a seu respeito. É utilizada para analisar ou prever aspetos relativos ao sujeito dos dados, seja o desempenho no trabalho, a situação económica, a saúde, as preferências ou interesses pessoais, a fiabilidade ou o comportamento, a localização ou deslocações, etc. {Exemplo teórico: quando se utilizam ferramentas das redes sociais, são recolhidos dados e as tendências são registadas. Estes dados são então utilizados para criar previsões novas/diferentes sobre o utilizador.}

- se for o caso, o direito de se opor ao respetivo tratamento;
- se for o caso, o direito de retirar o seu consentimento em qualquer momento, sem afetar a licitude do tratamento baseado no consentimento antes da sua retirada.
- O direito de contactar o responsável pela proteção de dados do Parlamento Europeu através do email data-protection@europarl.europa.eu.
- O direito de apresentar uma queixa junto da [Autoridade Europeia para a Proteção de Dados](#) através do email edps@edps.europa.eu.